



Um inquérito realizado pelo Económico a 115 personalidades nacionais mostra um País dividido para encontrar uma solução para a crise.

* Carlos Martins - Chairman da Martifer

Não sei se é bom. O Governo deve cumprir o mandato.

* Adalberto Campos Fernandes, ex-presidente do Hospital de Santa Maria e professor de Saúde Pública

Não. O País tem de ser capaz de funcionar num registo de maturidade política. Para isso é fundamental respeitar os sacrifícios pedidos as famílias e as empresas e, desse modo, dar sinais para o exterior de coesão interna e de sentido de responsabilidade. Acresce que a instabilidade provocada por uma crise política, precipitada fora de tempo, pode agravar ainda mais a situação económica, financeira e social do País.

* Aloísio Leão - Presidente da Inapal

Não é o momento. Já há problemas que cheguem no país para acrescentar mais esse. É um bocado difícil pensar quem provoca as eleições. O país vai parar outra vez durante uns meses. O problema deve colocar-se bem mais tarde por altura do Orçamento.

* Carlos Monjardino - Fundação Monjardino

Não devia haver eleições, não vão adiantar nada independentemente de quem ganhe porque não vai resultar uma maioria estável para o País fazer face aos desafios todos que tem pela frente. Este Governo tem mais capacidade, de contactos, de enfrentar os próximos meses/a no do que um próximo Governo que tem de aprender muitas coisas. Estes hiatos temporais os nossos amigos europeus não comecem a travar tudo o que já estão dispostos.

* Pedro Borges, Director da Orey Financial

Um cenário de eleições antecipadas nesta altura coloca sem dúvida pressão acrescida sobre Portugal. Essa pressão intensifica-se ainda mais num cenário em que não se antecipa que um novo governo saísse com maioria absoluta! Obviamente que na perspectiva dos mercados, um cenário de eleições antecipadas, colocaria um acrescido nível de risco no País, que se traduziria em dificuldades de financiamento para a República e empresas nacionais, no mercado. Pessoalmente, parece-me que eleições antecipadas só não serão prejudiciais (ou até positivo), se pudéssemos antever um resultado final de Governo suportado em maioria absoluta! Aliás, conseguir-se este consenso sem recorrer a eleições, seria o melhor sinal que o país poderia dar aos mercados Internacionais.

* Pedro Soares dos Santos - Presidente executivo da Jerónimo Martins



Julgo que uma campanha eleitoral poderá ter um papel muito importante de esclarecimento e de promoção da discussão pública da situação actual e das opções que temos e não temos, na medida em que estimulará todos a saírem das suas zonas de conforto e debaterem, no espaço público, que futuro queremos para Portugal. Por outro lado, é minha convicção que quando os sacrifícios que se pedem aos portugueses assumem a dimensão dos actuais e dos que se perspectivam, é incontornável que sejam sufragados. A sociedade civil deve ter a oportunidade de ser verdadeiramente esclarecida e de ser chamada a pronunciar-se, e a comprometer-se, com medidas que conduzam o País para fora de perigo e nos reconduzam ao caminho do crescimento.

* António Câmara - Presidente da Ydreams

Eleições antecipadas são sempre um problema. Mas nesta altura parece-me inevitável.

* Bernardo Vasconcellos e Sousa - Presidente da HotelStock

Chegou a um ponto que é melhor que haja. Lá fora não distinguem uma situação de bluff permanente. Querem alguém que execute as medidas.

* Vasco Valdez - ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

É sobretudo uma decisão política. Mas estão criadas todas as condições para que haja eleições. É praticamente impossível que não aconteça. No entanto, há que ter em conta que as eleições per si não vão impedir a adopção deste tipo de medidas. Há uma teatralização e exacerbação desta questão. Mas neste momento falta explicar qualquer coisa: ou as instituições externas previram que era preciso mais medidas ou a execução orçamental não vai correr tão bem como o Governo tem vindo a demonstrar, senão não seriam necessárias medidas adicionais”.

* Catarina Leal - Gestora da Lealmat

Sim, claramente porque não pode não continuar como está. Tem de haver uma mudança, para que isto tome um rumo.

* Cruz Vilaça - Advogado

Tornaram-se inevitáveis. Se calhar já deveriam ter tido lugar há mais tempo e espero que delas resulte uma clarificação da vida política portuguesa e uma letarção que seja capaz de governar E espero que deles resulte uma alteração da orientação do Governo de Portugal.

* Bruno Bobone - presidente do Grupo Pinto Basto e ACL

O País deve ir para eleições pois a situação actual já não é credível. É fundamental dotar o país de uma estrutura governativa avalizada pelo voto popular para que tenha mandato claro para fazer o que for necessário para sairmos da situação terrível em que nos encontramos e que depende acima de tudo da confiança em quem lidera.

* Francisco Van Zeller, antigo presidente da CIP



Qualquer solução política para Portugal exige novas eleições porque este Governo não funciona, não é eficiente, há muitos ministros que não fazem nada, para além de que existe uma grande incompatibilidade com José Sócrates. Do lado financeiro, as eleições não podiam ser piores, pois vai criar-se um vazio muito grande até Junho, depois a tomada de posse do novo Governo, o Verão e o Orçamento do Estado. Temos muitos milhões de euros para pagar de dívida para suportar este vazio. As duas vias são um pouco incompatíveis. A questão está ao rubro no Parlamento e os partidos não têm posições definidas porque as duas posições não são compatíveis. Sei que não é possível, mas gostaria que houvesse um novo Governo de coligação sem eleições.

* António Carlos dos Santos - Antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Do meu ponto de vista, o ideal seria não haver eleições antecipadas. Primeiro, porque os governos (minoritários ou não) devem durar o tempo de uma legislatura. Eleições antecipadas devem ser excepção e não a regra. Segundo, porque eleições antecipadas ficam caras e terão consequências pouco saudáveis sobre o rating da República.

Terceiro, porque não é claro que os resultados provenientes de eleições melhorassem, no plano institucional e de governabilidade, a situação actual. Não tenho a certeza - longe disso - que a oposição de direita (mesmo coligada) obtenha maioria absoluta e o PS, a ganhar as eleições, obteria, na melhor das hipóteses, uma maioria relativa com o mesmo primeiro-ministro.

Tudo indica que as pressões internacionais sobre o PSD apontem neste mesmo sentido. Posto isto, é difícil que não haja eleições antecipadas este ano.

Todos os agentes políticos têm tido comportamentos que objectivamente tendem a forçá-las mais tarde (no momento do Orçamento) ou mais cedo (já, com o PEC IV). Cavaco Silva com o pouco democrático discurso de vitória e com o discurso de posse em que trata a economia portuguesa como se fosse uma questão de autarcia. A oposição de esquerda e a oposição de direita porque não suportam o primeiro-ministro e a tudo parecem dispostas para o derrubar, independentemente do que se seguirá. O Governo porque aparentemente, ao não informar o Presidente e a Assembleia do PEC IV, pôs em risco a execução deste mesmo PEC.

Tudo isto objectivamente enfraquece a nossa posição perante Bruxelas, perante os credores e dá ensejo a novas medidas mais ou menos especulativas sobre Portugal e o euro. Como nas tragédias gregas, o povo conhece já o seu destino. Um destino que, independentemente de quem seja governo, seguirá as políticas que terceiros induzirão.

* Adão e Silva - Sociólogo

Chegámos ao momento em que todas as partes parecem estar interessadas em eleições. Para Sócrates, tendo em conta a impopularidade das medidas que só agora começam a ser implementadas, a situação só poderá piorar e tornar-se-á insustentável encontrar suporte político para mais medidas de austeridade. Este é o menos mau dos momentos para ir a votos; Para Passos Coelho tem-se tornado progressivamente mais difícil conter a pressão da sua base de apoio interna, que deseja, usando do as suas palavras, “ir ao pote”. Os seus apoiantes não lhe perdoariam mais um adiamento.

Com eleições, ficaremos em péssimos lençóis, sem eleições, continuaremos em péssimos lençóis. O que só prova que, mais do que eleições, o que o país precisava era de criar condições efectivas para



implementar o programa de austeridade que é, no actual contexto europeu, de facto, inevitável. Com ou sem eleições, os próximos tempos encarregar-se-ão de demonstrar que os ajustamentos que Portugal precisa de levar a cabo dependem, pelo menos, do apoio estável do PS e do PSD e do suporte institucional do Presidente da República.

* Monteiro Fernandes, especialista em direito do trabalho

A pergunta parece-me ociosa: por isto ou por aquilo, todos os partidos as querem. Goste-se ou não se goste do Governo (e eu cada vez gosto menos), é mais uma machadada na situação gravíssima do País. A história julgará os dois grandes partidos de governo pelos extremos de miopia sectária em que caíram, secundarizando o interesse nacional.

* Pereira da Silva, especialista em Segurança Social

Acho que sim. É preciso clarificar a situação portuguesa. A clarificação passa por isso mesmo, por devolver a palavra aos portugueses.

* João Proença, secretário-geral da UGT

Acho que terá que haver eleições porque a actual situação é insustentável. Ter um governo minoritário e a Assembleia da República ter uma coligação de todos os partidos sistematicamente contra o Governo é insustentável. Mas como as eleições só se podem realizar em Junho e estamos em véspera de Conselho Europeu, avançar com eleições agora seria um disparate. Acho que se devia avançar só depois do Conselho Europeu e no período mínimo necessário para marcar eleições. Haver um governo de gestão seria um disparate.

* António Saraiva, presidente da CIP

Acho que devemos deixar cumprir a legislatura até ao fim, independentemente dos erros que se possam apontar ao Governo. Cada vez mais as decisões são da União Europeia e menos dos governos. Muitas medidas são obrigatórias devido às directivas europeias. Condeno que Portugal tenha aceite o valor do défice e, mais correctamente, os anos para os quais o aceitou. Devia haver um prazo mais longo para atingir o défice. Os governos têm pouca autonomia. Acho que não são necessárias eleições, por duas razões. A primeira, pelos custos administrativos e pecuniários, que são de evitar. Depois, porque não é seguro que das eleições resulte estabilidade parlamentar. Acho que seria desejável antes um acordo parlamentar. E no caso de eleições, se for essa a vontade política, que seja em coligação das forças partidárias. A situação é extraordinária e exige soluções extraordinárias. O que está em causa é mais importante do que as guerras político-partidárias.

* Octávio Viana - presidente da ATM - Associação de Investidores e Analistas Técnicos do Mercado de Capitais

Numa perspectiva da economia dos mercados achamos que era benéfico [haver eleições antecipadas] para se esclarecer qual o enquadramento que se pretende e deixar de haver ameaças. Esta é uma crise que vai muito para além de uma crise de confiança e não temos dúvida de que vai ser preciso ajuda europeia. O que está a acontecer agora, o PEC IV, é a adiar o problema”.



* Luís Rodrigues - CEO da OPEX - sociedade gestora do sistema de negociação multilateral PEX

Sim, porque o País atravessa uma crise de confiança e respeitabilidade, agravada dia-a-dia, face ao descalabro da sua governação recente. Importa, quanto antes, tentar assegurar a sua recuperação, sem medo do futuro.

* Carlos Moreira da Silva - Presidente da La Seda

Não, se for possível um acordo de médio prazo entre o PS e o PSD. O que corresponderia a que ambos os partidos assumam as suas responsabilidades. Se não for possível fazer-se isso é melhor que haja eleições antecipadas. Não é possível governar sem capacidade de liderança, uns são reféns dos outros.

* Ludgero Marques - Presidente do Conselho de Administração da Cifial

Sim. Através de uma coligação alargada e forte, da qual façam parte pessoas com experiência de vida, seriedade, inteligência e bom senso.

O comprometimento não pode ser com os partidos, mas sim com a população. O país merece mais do que aquilo que nos estão a dar.

Os empresários portugueses, mesmo à custa de muitos sacrifícios, estão sempre disponíveis para trabalhar.

* Fernanda Ilhéu, antiga presidente executiva da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa

Não é o ideal, mas se não se resolver o problema é melhor haver eleições do que continuar nesta situação. Não é a altura ideal para fazer eleições, é lamentável que Portugal tenha chegado a este ponto. Mas é melhor haver eleições do que continuar nestas águas.

* António Seladas - responsável pelo departamento de 'research' do Millennium Investment Banking

“Do ponto de vista do mercado de capitais, parece-me relativamente indiferente [haver eleições antecipadas], uma vez que o grau de discricionariedade dos governantes é relativamente limitado tendo em conta as imposições dos credores.”

* Veiga Simão - Ex-ministro da Defesa

Vota num compromisso entre o PS, o PSD e o CDS, que escolheriam um chefe de Governo de comum acordo.

Se isso não for possível, deve haver eleições urgentes.

A crise assumiu uma gravidade tal que exige prudência nas palavras e ousadia nas soluções por parte dos decisores políticos. A situação económica e social e as perspectivas de evolução colocam-nos à beira do abismo.

Sócrates seguiu um percurso inaceitável, por isso, numa primeira linha de actuação, penso que o



Presidente da República, para evitar eleições, poderia tentar um compromisso entre o PS, o PSD e o CDS, sem deixar de desafiar o PCP e o Bloco de Esquerda, que teriam, para isso, de alterar o seu posicionamento face à Europa.

Esse compromisso passaria por um governo presidido por uma personalidade que merecesse o acordo dos partidos. Já ouvi falar, por exemplo, do nome do presidente do tribunal de contas, Guilherme de Oliveira Martins.

Não era um governo de iniciativa presidencial, seriam os próprios partidos a acordar no nome de uma personalidade que apresentaria um programa à Assembleia da República e a Portugal, que associasse o sacrifício à esperança. Caso não seja possível, deve haver eleições urgentes, sendo certo que, qualquer que seja o resultado, o Presidente da República deve pressionar os partidos para a formação de um governo com a abrangência anterior (isto é, que reúna PS, PSD e CDS).

O país não pode desenvolver-se económica e socialmente sem paz social e isso exige o acordo destes três partidos e um acordo com os sindicatos e as associações patronais.

* Marçal Grilo - Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, ex-ministro da Educação

Vejo a situação com muita tristeza e preocupação. Quando devíamos ver os políticos unidos perante uma situação que se parece com a de uma verdadeira guerra que o país trava com o exterior, vemos os líderes dos dois principais partidos envolvidos num jogo de escaramuças que nos podem liquidar perante os chamados mercados.

Penso que terá que haver eleições e eu muito gostaria que os dois principais partidos, nestas eleições e sobretudo depois da sua realização, olhassem para os interesses do país e não para os interesses do partido e dos seus militantes.

Em qualquer caso, penso também que umas eleições poderão, eventualmente, deixar tudo na mesma ou ainda pior.

Começo a atingir o ponto em que me falta a paciência e talvez mesmo a esperança, que é coisa que até hoje nunca tinha perdido.

* Pedro Lourtie - Ex-secretário de Estado do Ensino Superior

Não estou convencido que deva haver eleições. É prematuro.

Estamos numa situação de impasse e precisamos de um acordo para pôr o país a funcionar. Não me parece que a situação se resolva com eleições.

As eleições vão colocar Portugal numa situação de fragilidade face aos mercados. Seria preferível um entendimento mínimo para manter o funcionamento do país.

Precisamos de convencer os mercados e os parceiros europeus e isso não é favorecido com eleições. Uma campanha eleitoral vai colocar o país numa situação frágil.

O país deveria estabilizar pelo menos até à apresentação do Orçamento de 2012.

Ramôa Ribeiro - Reitor da Universidade Técnica de Lisboa



Se o PEC IV não for aprovado, o governo não tem condições para continuar. Como a oposição está a dizer que não vai aprovar, vai haver eleições. Não será a melhor solução para o país, mas se o governo não tem condições para governar, não há alternativa.

O problema é não haver um governo de maioria absoluta. Já se percebeu que em Portugal os governos sem maioria não resultam, duram pouco.

A situação só se resolve com um governo de coligação ou então fica tudo na mesma.

* João Bilhim - Presidente do conselho directivo do ISCSP

As eleições não são boas para o país neste momento porque vão perturbar ainda mais a situação presente. É fundamental saber como está a correr a execução orçamental e clarificar este ponto pelo menos até ao Verão. Eleições agora eram más tanto para o país, como para o Governo e também para o PSD. Lembre-se que o povo português sempre gostou de contra-pesos e, tendo em conta que o presidente da República já é do PSD, não me parece que Passos Coelho se saísse bem”.

* Paulo Pedroso, sociólogo

Comecemos pela outra ponta da questão. Portugal precisa de um Governo com coragem para enfrentar a crise e de uma maioria parlamentar sólida, já. Nada impede que isso se consiga no actual quadro parlamentar. Mas se os partidos, que são os pilares da opção europeia de Portugal, não forem capazes de entender que têm a responsabilidade conjunta de evitar que a tormenta se transforme em tragédia, então cada um que assuma já as suas responsabilidades.

* Eduardo Rangel, Presidente do Grupo Rangel

O País deve ir para eleições, pois é preciso clarificar a situação actual para bem dos partidos e, sobretudo, dos portugueses. Um Governo minoritário não possui qualquer hipótese na actual situação. Exige-se um Governo, quase diria, de salvação nacional e o Senhor Presidente da República deverá tentar que o futuro Governo seja um Governo com uma aliança do bloco central, PS, PSD e PP. A situação assim o exige e o dever de salvaguardar os interesses de um país com 800 anos de história também. O que temos hoje é insustentável, não podemos meter a cabeça na areia. Assistimos a toda esta problemática com o PEC IV, e o que será com o V? E provavelmente com o VI? Serão inevitáveis tais medidas, talvez estas ou outras, e por isso será necessário um amplo consenso político, senão o país afunda se de vez.

* João de Deus Pinheiro - Ex-ministro da educação e ex-comissário europeu

Concordo o mais possível com a realização de eleições antecipadas porque já é mais do que evidente que as políticas deste Governo não nos levam a lado nenhum. Com esta crise é imprescindível apostar no empreendedorismo e este Governo tem inércia para fazer essa aposta. Portanto, isto é cada vez mais do mesmo e cada vez estamos pior e sem nenhuma luz ao fundo do túnel. É urgente haver uma mudança de Governo.

* Paulo Guinote - professor e autor do blogue “A Educação do Meu Umbigo”

Concordo com as eleições antecipadas. Neste momento a situação é tão coreografada e tão codificada que mesmo que tenha custos para o País é preciso recomeçar do zero e de forma limpa. É preciso que as



condições sejam clarificadas e sejam quais forem as consequências devemos fazer eleições antecipadas porque tudo é melhor do que a situação em que estamos.

* Luís Rodrigues - Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho

Não concordo totalmente porque não sei até que ponto sairemos beneficiados com uma mudança que pode vir a agravar ainda mais as condições económicas em que estamos.

* Eduardo Melo - Presidente da Associação Académica da Universidade de Coimbra

“Não concordo nem discordo. Neste momento cabe aos deputados da AR avaliar a actuação do Governo que se prevê para os próximos tempos e ver se há viabilidade para continuar com este Governo”.

* Luís Bento - professor na UAL e consultor de administração pública

“Eleições, agora, não porque teriam um custo elevadíssimo na crise que o país atravessa e provocariam um desgaste sem qualquer garantia de que das eleições sairia uma situação estável para o país. Ou seja, seria um tiro no escuro sobre a situação futura.”

* Rogério Fernandes Ferreira - Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Acho que não deve, não estão reunidas as condições necessárias para alternativa adequada e seria mal compreendida pelos mercados e instancias internacionais, podendo ser, no imediato, pelo menos idênticas as medidas preconizadas pelo novo Governo e pelo FMI, quando há aliás outras soluções alternativas que podem ser encontradas ao nível parlamentar e promovidas pelo Presidente da República.

* Nobre dos Santos - dirigente da Frente Sindical da Administração Pública (Fesap)

Não. Na situação em que estamos e quando se fazem todos os esforços junto da União Europeia, seria errado haver eleições nesta altura. Quem pagaria a factura da crise política seriam, mais uma vez, os portugueses e o interesse partidário não se pode sobrepor ao interesse do povo.”

* Henrique Neto, empresário

Neste momento não porque num momento em que a UE está a decidir das ajudas que poderá dar para nos salvara da situação em que nos encontramos não me parece bom criar uma crise política. Antes de se partir para eleições, o PSD deveria antes apresentar propostas alternativas às do Governo, que são pouco inteligentes.

* Manuel Tarré - Presidente da Gelpex

Tenho receio de eleições antecipadas em tempo de crise preferia que o Governo levasse o mandato até ao fim. Receio que a oposição não tenha um líder com força suficiente para inverter o ciclo em que nos encontramos. Apesar de tudo o que se diz do Governo ficar na continuidade tendo em conta a difícil situação em que o país se encontra.

* Pedro Lopes - presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH)



Na minha modesta opinião, neste momento, o país não deveria ir para eleições.

Dos vários problemas que assolam o país, o mais grave parece-me ser o da insuficiência de meios de pagamento, ou seja, falta de dinheiro e o respectivo financiamento.

As instituições e empresas públicas, no momento actual, estão numa fase de grande insuficiência de tesouraria que poderá implicar dificuldades na sua actividade designadamente na aquisição de bens e serviços e até na impossibilidade de honrar os compromissos assumidos como o pagamento de ordenados e salários dos seus colaboradores.

Por outro lado, a implementação das medidas de contenção orçamental ainda não tiveram tempo suficiente para demonstrar os seus efeitos.

Neste contexto, a atitude a tomar só poderá ser de estabilidade e negociação pelo que eleições antecipadas, na minha perspectiva, nada resolveriam e só agravariam o actual momento”

Bettencourt Picanço - presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE)

Sim. Deve haver eleições para se clarificar o futuro. Para se clarificar o que afinal podem os portugueses esperar dos partidos que se vão candidatar e também para perspectivar um futuro diferente daquele que agora se espera, um futuro contra o aumento do empobrecimento.”

* Pais Antunes - Advogado e especialista em direito do Trabalho, ex-secretário de Estado do Trabalho

Embora considere que o país bem dispensaria a realização de eleições nesta fase tão complicada, vejo com muita dificuldade que seja possível evitar a sua realização, depois de o Governo ter conduzido de forma tão atabalhoada o processo de revisão do PEC e as negociações com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, sem ter minimamente acautelado o apoio de que necessitava. Dificilmente seria possível fazer pior e com piores resultados. No ponto em que estamos, julgo que tudo deverá ser feito no sentido de evitar uma situação de pântano político, com um Governo cada vez mais enfraquecido e isolado. Não sendo possível encontrar no actual quadro parlamentar uma solução suficientemente sólida - e não vejo como tal poderá ser alcançado - a realização de eleições acaba por impor-se como a única saída possível.

* Carlos Arroz - presidente do Sindicato Independente dos Médicos

Eleições já: não. Porque indicariam a fragilidade, a incapacidade e a ligeireza de sentido de estado de todos os líderes partidários, incapazes de perceberem que enquanto se divertem em floreados de bastidor e em trocadilhos linguísticos, os portugueses vêem o seu dia a dia cada vez mais penoso, mais triste e mais desesperado.

* Tomaz Metello - presidente da euroAtlantic

Discordo que sejam feitas eleições antecipadas, até se verificar/controlar os resultados das medidas impostas.

Qualquer outro governo terá exactamente o mesmo problema com uma imposição de medidas que teremos que saber concretamente antes da decisão de avançar para eleições.



Pontos Fracos:

- 1) Custos elevadíssimos;
- 2) Impacto a nível internacional, descreditando ainda mais Portugal;
- 3) As novas medidas teriam um prazo alargado para serem implementadas, com um prejuízo ainda maior;
- 4) Com o “desacreditar” de Portugal com as novas eleições os ratings ,poderão descer ainda mais ,o que se tornava insustentável para a economia do País, empresas públicas e privadas;
- 5) O sistema financeiro já muito debilitado, com falta de liquidez ou com apoios a juros insuportáveis, aumentaria o desemprego, as falências das empresas privadas com custos para o País, que obrigaria uma intervenção externa.

Estes são alguns dos pontos que poderei mencionar nos escassos minutos que tenho.

No entanto, penso que deveríamos ter um governo de SALVAÇÃO NACIONAL, com peritos de todos os sectores com provas dadas (EFECTIVAMENTE),que poderiam formar um núcleo para apoiar a actual governação, com um único objectivo de tentar ajudar Portugal, sem críticas destrutivas mas sim construtivas.

Existem actualmente grandes SÁBIOS a nível nacional que em vez de estarem constantemente a criticarem na imprensa em geral deveriam ser convidados para darem os seus inputs para melhorarem o País, desligados da sua opção partidária.

Não sendo político mas sim tecnocrata/empresário, ofereço-me desde já, para GRATUITAMENTE, dar a minha contribuição em áreas que só os verdadeiros “soldados no terreno” conhecem bem.

O chefe do Governo deveria tomar esta iniciativa conversando com os líderes dos maiores partidos nacionais, com o apoio do Presidente da República.

Chegámos a um beco sem saída, mas ainda tenho esperança que com a ajuda de todos que têm capacidade e conhecimento no nosso País poderemos vencer, mais

Uma vez este TSUNAMI ECONÓMICO/Financeiro a quem todos chamam de crise. Repito, com a ajuda de nós PORTUGUESES!

* Alfredo Casimiro - Presidente URBANOS

Sim, o país deve ir para eleições. Para além da consolidação orçamental são urgentes reformas estruturais em muitos sectores, reformas essas que relancem a actividade económica e reforcem a nossa competitividade enquanto país. Para mim, essas reformas só serão possíveis num quadro de estabilidade política e, preferencialmente, de maioria parlamentar.

António Lima Coelho - presidente da Associação Nacional de Sargentos

A questão se põe nesses termos. O que nos preocupa é se o facto de haver eleições antecipadas vem alterar as condições que temos vindo a viver durante os últimos 30 anos. É importante que não nos iludamos com a falta de alternativa. A música é sempre a mesma. Temos que perceber porque se motivam as eleições. Mas é sempre bom que os portugueses reflectam se não está na hora de mudar de actores”.

* Luís Rebelo - presidente da Federação Académica do Porto

“Mais do que concordar ou não com a realização de eleições antecipadas, é necessário focarmo-nos nas soluções. E o facto é que são escassas as soluções apontadas quer pelo governo quer pela oposição quer



no âmbito da tensão social entre os estudantes do ensino superior, quer em termos macroeconómicos. Mais do que financeiro, o problema do país é económico”.

* Luís Lima - presidente da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal

A decisão de realizar eleições antecipadas é da esfera exclusiva, directa ou indirecta, dos detentores dos órgãos de soberania - Presidência da República, Assembleia da República e Governo da República.

Por considerar, no entanto, que a Sociedade Civil também faz parte do Estado, na exacta medida em que Estado somos todos nós, que integramos a população deste território europeu onde se fala Português, permito-me adiantar, também na qualidade de dirigente associativo empresarial, que no contexto que vivemos, optar por antecipar eleições parece pouco avisado.

Antecipar um acto eleitoral é baixar o motor do país para o “ralenti”, durante pelo menos três meses, situação pouco indesejável no cenário em que Portugal vive, rigorosamente vigiado pelos mercados internacionais, e situação que pode minar a confiança que ainda teremos, internamente, e que o estrangeiro, nomeadamente a Europa, possa ter relativamente a nós.

Acresce, na minha modesta opinião, que é plausível que o resultado de umas eventuais eleições antecipadas pouco ou nada altere o cenário político existente, ou seja, que será difícil que algum dos dois principais partidos venha a obter uma maioria absoluta que, teoricamente, facilitará a governação.

Neste contexto, e considerando que é saudável, democraticamente falando, que as legislaturas cheguem ao fim, julgo que seria mais aconselhável tentar encontrar um denominador comum nacional que contribuísse para melhor a posição de Portugal nos rankings em que queremos figurar. Mas estas opções são, como já disse, da exclusiva competências de alguns detentores dos órgãos de Poder, que sinceramente respeito.

* Pina Moura - Presidente da Iberdrola e antigo ministro das Finanças de António Guterres

Em entrevista ao Diário Económico a semana passada disse: “Parece evidente que, a crise e as dificuldades da governação, estão a conduzir a um rápido desgaste da actual solução política tornando cada vez mais irreversível a necessidade de ouvir o povo, em eleições legislativas. Diz-nos a experiência democrática, que eleições legislativas antecipadas têm constituído um instrumento eficaz para superar situações de impasse ou de esgotamento de soluções políticas”.

* Ricardo Sá Fernandes - advogado

O estado de degradação da vida política atingiu um tal ponto que não há outra alternativa às eleições antecipadas. Vivemos um clima de desconfiança e incerteza que já não tem cura. Estamos em contagem decrescente. É irreversível e quanto mais cedo vier melhor. É pena que não estejamos em condições de fazer as eleições num mês, como na Irlanda, mas, seja como for, quanto mais depressa melhor.

* Maria Filomena Mónica - socióloga

Porque o engenheiro Sócrates tem de ser punido. E em democracia é na urna que se cortam as cabeças



dos delinquentes políticos. Tudo me enfurece, mas nada mais do que o recente anúncio de que um “socialista” iria congelar as diminutas reformas dos pensionistas mais pobres. No fundo, não sei se estou mais furiosa com isto ou com o facto de não ter um deputado a quem pedir contas. A ausência da prometida reforma eleitoral é um tal escândalo que, em anteriores actos eleitorais, me levou a abster. A propósito, lembro a evolução da taxa de abstenção durante a I República: em 1911, era de 13%; em 1919, ia já nos 80% e, em 1926, não havia ninguém que apoiasse o regime. Felizmente que estamos integrados na União Europeia. Não fosse esse o caso e não sei qual seria o destino do meu país.

* Martins da Cruz - Ex-ministro dos Negócios Estrangeiros

O ideal é a estabilidade política e não haver eleições antecipadas estas só devem ocorrer em casos excepcionais e quando o Presidente da República for confrontado com a necessidade de dissolver o Parlamento. A crise política aumenta a percepção negativa quer das instituições europeias, dos governos, das agências de ‘rating’ e dos mercados. É preciso que seja resolvido de uma maneira ou de outras. As eleições são sempre um caminho possível. O pior internacionalmente, é esse ambiente de dúvida que paira sobre Portugal. UO arrastar da situação é mau para todos ‘stakeholders’.

* Eng. Vieira Lopes - presidente da confederação do comércio e Serviços de Portugal

O mais importante neste momento para enfrentar a difícil situação do país será a constituição de um governo de suporte alargado na Assembleia da República. Coligação, apoio parlamentar ou outra fórmula cabe aos partidos e ao Sr. Presidente da República encontrarem a melhor solução. Caso não o consigam sem eleições, elas serão inevitáveis. Não podemos estar a viver continuamente numa instabilidade que afecte as decisões necessárias.

* Vera Pires Coelho - Presidente do Conselho de Administração da Edifer

O País não deve ir para eleições. E não deve ir para eleições, porque vivermos uma situação de instabilidade política nesta fase da vida das empresas, será dramático do ponto de vista económico em todos os sectores de actividade. Em qualquer cenário político, teremos sempre que encetar um conjunto de medidas difíceis e de austeridade, bem como apertar o cinto, para que as gerações futuras possam novamente usufruir de muito daquilo que nós felizmente usufruímos nos últimos 25 anos.

* João Miranda - Presidente da Frulact

É vital monitorizar as medidas acordadas no ultimo PEC, pois supostamente serão essas as que nos levarão ao resultado projectado. Caso tenham sido implementadas as medidas acordadas, e as mesmas resultem insuficientes, pois então, deverão ser aceites e implementadas novas medidas...

Caso as mesmas não se tenham implementado, nomeadamente no lado da despesa, no corte de custos associados ao funcionamento da máquina do Estado e às Parcerias Público-Privadas, então há legitimidade para se pensar em mudar de rumo, e promover eleições.

O País só deverá ir para eleições numa situação extrema. Realizar eleições neste momento implica consequências que poderiam ser evitadas.

Apesar das posições “extremadas” assumidas pelo Governo e pelos partidos da oposição, há necessidade



de se gerarem consensos, com acordos entre os partidos para a implementação de medidas sérias e estruturantes de longo termo, construindo uma imagem de coesão e estabilidade política, fundamental para se ganhar a confiança externa, mas essencialmente, para uma recuperação progressiva da nossa economia.

* Filipe Garcia - Presidente da IMF

O País deve ir a eleições dado que já não dispõe de apoio parlamentar e sente-se pouca solidariedade institucional por parte da Presidência da República. Do ponto de vista da posição internacional de Portugal, nesta altura já não é tão crítico que exista estabilidade política, o que não era assim há alguns meses.

* André Jordan - Presidente do Grupo Jordan

Desde o apelo feito pelo Dr. Jorge Sampaio quando da sua reeleição, e agora renovado pelo Presidente Cavaco Silva na sua própria reeleição, penso que a melhor solução para a situação em que Portugal se encontra, internamente e no plano internacional, é um acordo entre os diversos partidos para um programa económico e social básico que tenha em conta a realidade e as transformações que o mundo atravessa. No meu entender, o Presidente da República tem, tacitamente, autoridade para convocar os partidos em busca desse consenso.

* Maria Teresa de Albuquerque - Directora geral Moviflor

O País deve ir para eleições para clarificação do ambiente político.

* Ilidio de Ayala Serôdio - Presidente do Grupo Profabril

Inevitavelmente.

O actual governo não tem credibilidade para continuar as suas reformas apenas à custa dos contribuintes, sem fazer drásticos cortes nos custos na máquina estatal e não medidas pontuais sem qualquer efeito - terá de cortar no nº de ministérios, cortar 20% das 13.000 entidades públicas, propor cortar no nº de deputados da assembleia da república e no seus séquitos e racionalmente cortar 20 ou 30% nos custos das empresas públicas, sem afectar a vida dos utentes. Mas tem de propor medidas e condições que permitam à economia real de crescer, essencialmente na internacionalização das empresas, única alternativa ao clima recessivo existente.

* Pedro Pitta Barros - Professor Universitário

Sim. A situação de governo minoritário está a gerar grande incerteza sobre as políticas seguidas, reforçada com os sucessivos PECs. É necessário um compromisso da sociedade para com o governo do país, que só pode ser legitimado pelo voto.

* Paulo Vaz - Director-geral da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP)

Na minha visão pessoal o País sairá prejudicado com eleições antecipadas. Seria muito mais conveniente que se entendessem e criassem um pacto de regime com os partidos do espectro do poder. Criar mais



instabilidade leva-nos a sermos ainda mais penalizados nos mercados internacionais.

* Alberto Rui Pereira - Director Geral da Initiative

Não. Porque no curto prazo as medidas a tomar são inevitáveis independentemente do governo e porque a última coisa que o País e a nossa economia precisa é de um aumento da instabilidade seja ela política ou social. As consequências podem ser desastrosas.

* João Dotti - Presidente da Fisipe

Penso que era melhor não ir já. A vinda do FMI é inevitável pelo que era melhor esperar por isso pois assim o Sócrates já não se podia armar em vítima e o País podia aceitar melhor as duras medidas de contenção que são necessárias. Todos temos de perceber que acabou o regabofe, temos de trabalhar mais e ganhar menos.

* João Miguel Braz Frade - Partner da Mybrand

Não. Por muitas razões das quais destaco duas: Apesar do comportamento inadequado do Governo na divulgação ao país e aos órgãos de soberania do PEC 4, nada garante que as eleições legislativas a serem antecipadas, produzam um resultado capaz de mobilizar o País para os tempos difíceis que a recuperação económica exige. Nada garante que um dos partidos do arco da governação obtenha uma maioria suficientemente forte para mobilizar o País em torno das medidas duras agora propostas ou doutras que venham a revelar-se necessárias. Tempos difíceis aconselham mais pragmatismo e menos ideologia. É necessário resolver os problemas reais das pessoas do cidadão comum e sobretudo dos mais desprotegidos e desfavorecidos. É necessário unir depressa o maior número possível de portugueses e encontrar rapidamente soluções que obtenham o seu apoio ou pelo menos a sua resignação...o que na minha opinião passará pela formação de um “Governo de Salvação Nacional” (solução de recurso, nada estimulante em democracia, onde a afirmação da diferença é uma condição essencial, mas que será temporariamente diminuída em benefício da recuperação da economia), promovido pelo Presidente da República e resultante de um Acordo Parlamentar alargado.

As eleições implicam que entremos num período necessariamente instável com um Governo enfraquecido e limitado pelas circunstâncias e pela Lei, as campanhas vão exacerbar as divergências, e sobretudo, levam algum tempo a realizar, para além do resultado ser incerto e de provavelmente não vir a facilitar a obtenção de um apoio alargado. Tudo isto dará um sinal ainda mais negativo aos credores e aos mercados, com consequências no agravamento das condições de financiamento à economia. Julgo que neste momento serão lidas como um factor adicional de instabilidade.

* Luís Mergulhão - Presidente do Omnicom Media Group

“Portugal não precisava, mas infelizmente tem de ir para eleições fora do tempo normal de estas se realizarem: o partido que quer governar não consegue, e o partido da oposição poderia, mas não quer governar. Portanto, quanto mais depressa se clarificarem as posições (e obrigações), melhor.

Agora um facto é bem real, antes ou depois das eleições: como se pode pedir coesão nacional, cooperação patriótica, e ao mesmo tempo os partidos não entenderem o que isso significa e, mais do que tudo, induzirem essa compreensão nos seus actos e decisões?



OS portugueses estão unidos, como nação e como identidade nacional. Precisam que essa união se espelhe no governo que saia das eleições. E não se pense que basta a alguém sair das urnas com uma maioria (absoluta ou relativa) para poder governar sozinho: os partidos e seus dirigentes têm de saber que o momento exige uma união tanto na sociedade civil como ao nível do governo.

E seria bom perceberem que quando não conseguem entendimentos, têm a obrigação de construir compromissos duradouros. Com ambos os partidos centrais da vida portuguesa a assumir responsabilidades no futuro governo.

Portugal, todos nós, trabalharemos então melhor para o desenvolvimento do país, para a criação de postos de trabalho e para a melhoria da nossa produtividade.

* José Macário Correia - Presidente da Câmara Municipal de Olhão

O País precisa de um Governo credível e sério. O actual Governo está a conduzir Portugal para um beco, perdendo todos: empresas e famílias.

Em vez de cortarem nas empresas públicas e nos seus gestores, cortam nos bolsos dos pensionistas.

Temos que escolher outro Governo, o que deve passar por eleições.

* Maria das Dores Meira - Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

Neste momento não resta outra alternativa que não eleições antecipadas, ainda que seja fundamental perceber se é para termos mais do mesmo. Acredito que os portugueses querem uma mudança de políticas, o que significa que também não faz sentido, neste momento, defender soluções de bloco central que prolongam as políticas que já conhecemos. A confiança dos portugueses nas políticas deste Governo está definitivamente abalada, assim como a confiança no primeiro-ministro, protagonista de uma série de casos duvidosos, é, neste momento, nula.

* José Manuel Costa - Presidente da GCI

Sim, mas não já. A realização de eleições significa vários meses de indefinição política, a que acrescem outros tantos meses para as equipas se adaptarem aos cargos. Terá provavelmente consequências sérias no preço que pagamos aos nossos credores pela liquidez, que é o life blood da economia. É gastar as nossas energias (que são limitadas) no que não é prioritário. Sou da opinião que os principais partidos devem formar uma plataforma que coloque o País acima dos interesses partidários e que assuma, sem “dores” partidárias, as medidas necessárias para fazer de Portugal um País melhor e com uma base sustentada para o crescimento. Penso que isso só é possível com a iniciativa de um conjunto de personalidades supra-partidárias, que felizmente Portugal tem e que suponho que estarão dispostos a dar esse contributo ao País.

Berta Cabral - presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Sim Porque? O País encontra-se numa situação insustentável e quem nos colocou nesta situação não tem condições para a resolver.

* Luís Paiva - Administrador da Visabeira Indústria



Não. Com o actual Regime Político e Protagonistas, o País nada terá a ganhar com sucessivas eleições. Acresce, que contrariamente aos outros países europeus, os processos eleitorais em Portugal são demasiado longos e o País tem urgência em accionar mecanismos de apoio no quadro do BCE ou FMI.

* Jorge Rebelo de Almeida - Presidente do grupo Vila Galé

Não. Acho que o que faz falta é que haja entendimento entre as diversas forças políticas de forma a tomarem medidas para cortar a despesa e relançarem a economia. A classe política devia acabar com estas manobras calculistas, interesseiras e em conjunto resolverem a delicada situação em que se encontra o país.

* Miguel Cardoso Peres - administrador da Komax Portuguesa SA

Sim, porque de nada serve adiar o inadiável e quanto mais tempo passar mais duro será.

* Santana Castilho - professor universitário

Parece-me evidente que são necessárias eleições antecipadas. Por dois motivos. Por um lado, o país precisa de uma clarificação política e as medidas dos dois governos de Sócrates não têm contribuído para qualquer recuperação económica. Isto mesmo tendo em conta o contexto em que vivemos, que é uma cantilena de que já estou farto. O PS tem conduzido o país para o caos, para um abismo. Do ponto de vista político, do modo que as posições do PS do PSD estão, irredutivelmente separadas, ou assistimos a um retrocesso das posições de Passo Coelho, o que seria completamente suicida, não vejo na prática outra saída para este contencioso.

* Pedro Lynce, ex-ministro da Ciência e Ensino Superior

Eu acho que a credibilidade do primeiro-ministro é muito frágil. Não podemos continuar a assistir a uma situação destas. É uma questão de credibilidade e confiança no primeiro-ministro. Chegámos a uma situação actual em que é fundamental ter confiança no Governo e, com toda esta trapalhada e confusão, não vejo como podemos voltar a recuperá-la. Não com este primeiro-ministro.

* Júlio Pedrosa, ex-ministro da Educação

Não tenho elementos para responder se devemos ou não ter eleições antecipadas. Acho que é que dever ser urgentemente resolvida a situação política, que deste modo não está a funcionar. Precisamos de ter um Governo com um apoio parlamentar estável.

* João Carvalho das Neves, economista e professor do ISEG

“Como diria Albert Einstein, um problema não pode ser resolvido por quem os criou. Ou acreditar-se que, continuando a fazer tudo da mesma maneira, o resultado há-de ser diferente.

Este Governo já não tem controlo sobre as contas públicas. Quanto mais tempo este Governo lá estiver, mais o espírito negativo irá continuar nas pessoas. Mais tarde ou mais cedo teríamos de ir para eleições. Não fico mais pessimista pelo facto de o Governo cair. Pelo contrário.

E se o FMI for mais um instrumento que ajude... Não vale a pena estar a fazer do FMI um papão”



* Humberto Costa Leite - administrador do grupo Vicaima e antigo presidente e dono do Finibanco

“O que é importante para o País é que haja estabilidade, transparência e uma vontade de conduzir o País com um rumo certo. Há uma falta de transparência muito grande sobre o que se passa no País. Não estou entre os que pensam que termos eleições ou receber ajuda externa pode ser problemático. Se as eleições trouxerem a estabilidade necessária, é melhor que ocorram. Mas não sei se as eleições vão trazer necessariamente uma clarificação.

A melhor solução era um entendimento mas parece difícil com os actuais actores dos dois principais partidos. Os políticos estão numa situação em que procuram a todo o custo ganhar as eleições. Não estão a pôr os interesses do País acima do resto”

* José Augusto Guimarães Morais - Director (Dean) Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa

Não. Apesar de este Governo não conseguir resolver a situação catastrófica do país, considero que é melhor mantê-lo até porque a alternativa é ainda pior

* Nuno Azevedo, administrador delegado da Casa da Música

Não. Porque não contribuirá para a solução de um problema premente que tem de ser resolvido já.

* Francisco Silva, administrador da Somague

Não, o país não deveria de ir para eleições.

A razão pela qual não deveríamos ir para eleições agora tem a ver com o facto de os custos associados à convocação de eleições serem, na minha opinião superiores, aos benefícios. Em boa verdade as eleições a ocorrerem, dever-se-ão à crise política gerada com a forma como o tema do anúncio do PEC IV foi tratado/apresentado pelo Governo e não à sua necessidade. Todavia a ocorrerem eleições, a crise política que se gera com esse simples movimento implicará:

1. Um incremento imediato do montante dos juros da dívida pública;
2. Uma maior dificuldade no sucesso das operações de pagamento de dívida agendadas para os próximos dois meses;
3. Uma autogestão de $\frac{3}{4}$ meses agonizante
4. Mais custos com a máquina eleitoral e sem que isso evite aquelas, ou outras medidas equivalentes às preconizadas no PEC IV.

Não estamos em maré de convocar-se eleições só porque a “forma” foi a errada (ainda que sim foi). As personalidades pessoais de cada um dos líderes dos dois principais partidos e as posições já manifestadas por cada um deles, deixam contudo um cenário de quase inevitabilidade de eleições, pois os espaços de recuo foram sendo eliminados por ambos nas declarações recentes proferidas e as teorias da conspiração, por ambos os lados começam a ofuscar o sentido real das coisas, mas isso já é a política na sua essência mais fina...

* Miguel Pais do Amaral - Presidente da TVI

Claro que não. Porque eleições antecipadas significam incerteza e provocará muito provavelmente a imediata intervenção externa. Se se realizarem essas eleições, os juros vão atingir níveis estratosféricos,



para níveis que não poderemos aguentar. É uma pena, depois de o Governo ter conseguido um acordo em Bruxelas. Eleições vão comprometer a execução do Orçamento de Estado para 2011 e a obtenção do défice público que estava previsto. E introduz uma grande incerteza sobre o futuro também porque é impossível garantir que, das eleições, se forme uma maioria absoluta. Não vislumbro nada de bom nas eleições antecipadas.

* Paulo Ramos - presidente da Turistrela

Não. Porque não mudará nada.

* Margarida Cruz, presidente da Associação Acreditar

O país deve ir para eleições? Do meu ponto de vista não deve, porque o resultado de eleições não alterará muito a panorâmica de governos minoritários que terão muitas dificuldades em governar no contexto actual. Assim resta a solução de se encontrar dentro do parlamento actual um compromisso entre os partidos para a constituição de um governo.

* Paulo Manuel - Presidente de Direcção, ACG | Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda

No presente momento não consideramos que as condições políticas actuais sejam justificáveis para a queda de um governo pois correspondem às mesmas condições que validaram as eleições deste governo recentemente. Por isso, entendemos, que a demissão de um governo, impedindo que este cumpra a legislatura só servirá para fragilizar a nossa imagem no exterior, degradando ainda mais a nossa situação perante os mercados. Nesse sentido, qualquer queda governamental tem que assentar em condições suficientemente graves e com opções credíveis que se constituam em alternativas que possam conduzir-nos a um futuro imediato melhor. Caso contrário, mudar para continuar como está não vale a pena. Sabendo das responsabilidades que este governo tem pelas más políticas desenvolvidas, dando muito pouco apoio ao investimento das empresas, também estamos conscientes que os problemas que temos em Portugal resultam da política económica europeia a qual não tem sido suficientemente solidária para países com as nossas características.

* Castelão Costa - administrador do Grupo Pestana Pousadas

O país não deve ir para eleições! Devem ser esgotadas todas as possibilidades de entendimento entre os partidos. O país está numa situação em que os interesses nacionais devem estar por cima dos interesses partidários e as consequências de um agravamento da crise política poderia ser fatal em termos definitivos junto dos nossos parceiros europeus!

* Pedro Rebelo de Sousa - advogado / presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG)

Acho que precisamos de ter estabilidade governativa. Acredito que o ideal será passar por um governo multipartidário, a exemplo do que se fez em outros países como a Alemanha, a Irlanda, etc. Se para isso for necessário eleições antecipadas, então quando mais cedo melhor.

* Carlos Pinto - presidente Câmara Municipal da Covilhã



Não convocar eleições é deixar agravar o impasse em que o País se encontra, com degradação das condições de vida dos portugueses. Um governo minoritário que não merece expectativas de ser capaz de superar as dificuldades internas e externas, não é capaz de alargar a sua base parlamentar, não recolhe do Presidente da República concordância quanto aos resultados das suas políticas e já só trata da sobrevivência financeira do País, não tem outra saída que demitir-se e permitir que o Presidente da República convoque eleições.

Porque as eleições em democracia não devem ser vistas como um desperdício de consulta, sem consequências, como um acto de continuidade do status quo pré-existente. Na actual situação o quadro proveniente das últimas eleições suscita a questão da sua identificação neste momento, quando verificamos o estado de espírito e a crítica generalizada à situação política nacional. Quando assim é a democracia tens válvulas de escape que permitem legitimar uma nova equipa, um novo projecto. A questão está em se garantirem os mínimos das exigências de financiamento até às eleições, para que não haja uma ruptura de pagamentos aos credores

* Rui Miguel Silva - director-geral Laso transportes

Difícil escolha. Sim, contudo, que objectivos mensuráveis existem e que nos motivem a optar pela mudança. Não, continuar assim é algo de muito mau e que na actual conjuntura nos leva a questionar como e quando vai terminar e com que custos/sacrifícios?

* Manuel Forjaz - fundador da Ideiateca

Não. As eleições devem acontecer depois dos sinais e tendências claras sobre o controle do defice público, de ganhar a confiança da credibilidade.

* Afonso Sequeira Abrantes - presidente Câmara Municipal de Mortágua

Não. Uma crise política acrescentada à crise económica só pode piorar a situação. As legislaturas devem ser cumpridas.

* Pedro Aleixo Dias - Sénior Partner da BDO

Não. O país necessita de se centrar em arrumar a casa, com verdadeiro sentido de inter-ajuda entre todos. Eleições neste momento, ainda que politicamente apelativas, poderão desviar as atenções do que parece ser essencial: disciplina, solidariedade e recuperação económica. Os governos devem cumprir os seus mandatos.

* Carlos Barbot - Presidente do grupo Barbot

Não. Acho que se até agora não se tomou essa decisão, agora é uma péssima altura. O PSD já deveria ter feito esse caminho. Está na altura dos partidos se unirem. O Presidente da República devia pedir um Governo conjunto entre o PS e o PSD, uma coisa forte. Ir para eleições é estar durante meses sem Governo. Chega de brincar com o país. Está na altura de cerrar fileiras.

* João Costa - empresário têxtil e presidente da ATP (Associação Têxtil e Vestuário de Portugal)



Não. Acho que estamos num período de ajustamento em que seria necessário um entendimento político entre as duas grandes forças políticas de modo a concretizar as reformas indispensáveis ao país e a conseguir conter o défice dentro do limite acordado. Para se conseguir condições de financiamento da dívida a custos aceitáveis. O Fundo de Estabilidade Europeu parece estar disposto a assegurar juros de 5%. Eleições antecipadas poderiam prejudicar a obtenção de meios de financiamento nessas condições. É preciso olhar para os superiores interesses do país e tendo em conta a difícil situação evitar eleições. A proposta do PEC IV pode ser objecto de ajustamento e negociação. Os dois partidos podem chegar a um acordo. Mas se for para andar num clima de incerteza e desacordo, o melhor seria clarificar a situação. Eleições demoram demasiado tempo e a situação do país é demasiado grave.

* Luís Filipe Pereira - Administrador da Efacec

Sim. Do ponto de vista económico e financeiro, a dificuldade de financiamento nos mercados externos, as eleições são um motivo de perturbação. Mas as forças políticas estão em situações diametralmente opostas, há necessidade de haver uma clarificação. Portugal precisa de olhar para o futuro, ter um novo rumo. A situação política chegou a um tal ponto que precisa de ser clarificada. Numa perspectiva da União Europeia há factores de perturbação caso haja eleições antecipadas e poderá dificultar as negociações que o país estava a ter para aceder ao Fundo Europeu. Mas um entendimento político é quase impossível face às decisões deste Governo.

* Mário Assis Ferreira - Presidente da Estoril Sol

Infelizmente não estou a vislumbrar outra alternativa, embora lamente porque acho que são prejudiciais para a imagem institucional que o país deve ter, nomeadamente junto da UE. Não me surpreenderia que as eleições fossem marcadas para o final do ano mas, e lamento profundamente, serão prematuramente antecipadas. Nós estaríamos sempre condenados a ter uma intervenção mais ou menos moderada ou fracturante em relação a entidades como o FMI. Vai parecer que o FMI entra por aí [devido a eleições antecipadas] quando teria de entrar de qualquer maneira. A oposição dedicou-se a controlar a execução orçamental e nunca esteve atenta à recuperação económica.

* Fortunato Frederico - presidente do grupo Kyaia (Fly London) e da APICCAPS (associação do calçado)

Sim. Os ventos e marés apontam para eleições antecipadas. Ou temos uma intervenção forte do Presidente da República, a chamar os partidos para um entendimento para os próximos cinco ou seis anos. Não estamos em tempo de brincadeiras. É um compromisso difícil, mas há que ceder um bocadinho. O país está mau, não há indicadores que digam que podemos fugir ao auxílio.

* Filipe Soares Franco - Presidente da Opway

É uma pergunta complexa. Como empresário não gostava de ter eleições antecipadas. Se me perguntar se o primeiro-ministro se portou bem, acho que não. Acho que a comunicação ao país foi péssima. O Presidente da República, dentro dos seus poderes limitados, devia evitar uma crise política. Percebo perfeitamente que o Pedro Passos Coelho se sinta ofendido como presidente do PSD. No meio deste imbróglio pode-se chegar à uma conclusão que é melhor para o país uma crise política que pode dar lugar a um governo com estabilidade. Mas não terá estabilidade social, porque vai ter que tomar medidas. O défice vai ter que decrescer. O problema é ajustar as contas. Eu não gostava que houvesse eleições antecipadas, o país precisa de ter estabilidade. Mas para viver uma instabilidade permanente junto dos



nostros parceiros internacionais o melhor é resolver os problemas. Se é que vamos conseguir resolver esses problemas. É preciso entendermo-nos. O melhor é dar as mãos e entendermo-nos.

* Bastos Saldanha - almirante na reserva

As eleições só têm sentido se permitirem uma plataforma de entendimento entre as forças políticas. Nós nunca temos em conta quais são os objectivos da República. Temos de ter em vista o nosso progresso e isso não se tem sucedido. Temos de questionar à sociedade portuguesa quem nós queremos ser. Assim sendo, sim, mas só se tiver um objectivo, senão é uma perda de tempo. A democracia é um progresso, não um mero jogo partidário. Se for uma mera troca de cadeiras, é escusado, é estarmos a gastar um bem precioso que é a cultura democrática, uma questão nobre que deve ser encarada com muito cuidado.

* José Ribau Esteves - Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

Não, mas sim. Portugal está numa situação muito crítica, como toda a gente sabe. No entanto aqueles que deviam estar a ter uma atitude política solidária com Portugal, estão apenas numa lógica de disputa político-partidária. O Governo está esgotado, apenas dependente da energia solitária do Primeiro-Ministro, o que é manifestamente insuficiente para dar solução aos problemas de Portugal. O PSD está a procurar aproveitar mais uma operação política mal gerida pelo Governo, para acabar com ele, mesmo antes de ter o seu programa eleitoral definido e os Portugueses conquistados para uma alternativa. Nesta situação tão crítica, entendo que o Presidente da República deve assumir a liderança política e procurar dar a Portugal um Governo de Salvação Nacional com o actual quadro Parlamentar ou com Eleições Legislativas antecipadas se for de todo impossível desenhar uma solução de Governo forte e rápida.

Por todas as muitas tarefas e reformas urgentes que temos de concretizar para tirar Portugal da situação péssima em que está, não devíamos ir para Eleições, mas essa opção parece não ser da vontade de quem condiciona os acontecimentos, em especial porque sim, porque parece existir uma vontade de ruptura e uma incapacidade de conjugar esforços em nome de Portugal.

E se do resultado das Eleições não resultar um quadro Parlamentar que permita a constituição de um Governo forte, que obrigatoriamente tem de assentar numa maioria Parlamentar? Teremos perdido tempo e agravado a situação do País.

Lutemos por PORTUGAL.

* Rui Patrício - advogado

Considerando apenas razões de clarificação política, diria que sim. Mas há que ponderar muito mais do que isso, nomeadamente a credibilidade e a estabilidade necessárias ao interesse nacional, em especial neste momento, e ponderando isso tudo julgo que não deve haver eleições antecipadas. Aliás, existem outras formas de tentar uma clarificação política.

* Américo Brás Carlos - Fiscalista

Em Portugal deveria haver a mentalidade das legislaturas irem até ao fim com acordos mais ou menos englobantes. Há o risco do País voltar a ter eleições e voltar a não ter uma maioria. Portugal está numa situação bastante pantanosa e as eleições antecipadas podem não resolver nada.

* Manuel Alves Monteiro - Consultor de empresas, antigo presidente da Euronext Lisbon



Não creio que eleições sejam necessariamente a solução, uma vez que não garantem um governo apoiado por uma maioria parlamentar, apto a levar por diante, com determinação, as reformas de que o país necessita. O actual quadro parlamentar permite um governo à altura da situação crítica que vivemos, que trabalhe em conjunto com a Assembleia da República, criando-se condições para que, em paralelo, esta procure soluções para uma reforma do regime

* Álvaro Santos Pereira, Professor de Economia na Simon Fraser University, em Vancouver, no Canadá

Sem dúvida. O governo não está a governar, mas sim simplesmente a fazer propaganda política e a tentar sobreviver a todo o custo. Por isso, adiam-se as reformas que precisamos e continua a desastrosa política da austeridade a conta-gotas. Não há uma verdadeira orçamental, não há política de competitividade e não há uma política de combate ao endividamento externo. Um desastre, portanto.

Por isso, já é tempo de dar a voz ao povo português. Se o governo não se demitir, depois do dia 25 (após a cimeira europeia) a oposição deve apresentar uma moção de censura e avançarmos para eleições para se clarificarem as águas e para termos um novo começo.

* Pedro Lino, Chief Executive Officer da DIF Broker

O País está mergulhado numa falta de confiança que foi originada pelas consecutivas operações de cosmética realizadas no sentido de esconder a realidade. Não existem soluções milagrosas para restabelecer a confiança dos agentes económicos, nem para baixar as taxas de juro pagas. No entanto a visão que nos trouxe a este impasse tem que ser alterada. Não podemos pedir a quem nos criou o problema que o resolva, principalmente quando poucos acreditam realmente na capacidade de acção e confiabilidade do Governo. Creio ser preferível eleições antecipadas, principalmente porque o orçamento está aprovado, a ser cumprido e o país mais fácil de gerir do que no final do Ano passado, quando se houve a possibilidade de uma crise política em torno da aprovação do orçamento. No entanto existe um problema que se coloca a um novo governo. É que este irá certamente encontrar muitos esqueletos e expô-los irá significar antecipar uma ajuda externa.

* Nuno Serafim, Director-Geral da IG Markets para a Península Ibérica

Na nossa perspectiva parece-nos que uma clarificação política mesmo que passasse por eleições seria preferível. Não obstante a instabilidade financeira e desconfiança dos mercados financeiros em relação a Portugal a verdade é que os nossos credores Não estão muito interessados em saber quais as cores políticas que dirigem o país mas a sua capacidade de implementação de medidas de consolidação orçamental sustentável. Considerando os resultados obtidos na ultima legislatura pelo actual governo Não nos parece que eleições antecipadas sejam algo a evitar ou que daí surja alguma instabilidade financeira adicional.

in [Económico](#)